

## XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

### GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

#### INJUSTIÇA E RACISMO EPISTÊMICO: FALAS DE PESQUISADORAS NEGRAS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

#### *INJUSTICE AND EPISTEMIC RACISM: SPEECHES BY BLACK RESEARCHERS IN INFORMATION SCIENCE*

**Letícia Pereira de Souza** – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
**Rodrigo Silva Caxias de Sousa** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

#### **Modalidade: Trabalho Completo**

**Resumo:** O presente estudo investigou as percepções das pesquisadoras negras da Ciência da Informação acerca das implicações da injustiça epistêmica nos espaços acadêmicos. A discussão teórica aborda os conceitos de epistemicídio, colonialidade, decolonialidade, movimentos epistemológicos da Ciência da Informação, injustiça epistêmica, pacto da branquitude e privilégio epistêmico. Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa e exploratória, buscando responder empiricamente ao problema de pesquisa por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com sete pesquisadoras negras da Ciência da Informação. No entanto, selecionamos três para este recorte de análise. Os relatos das pesquisadoras foram apresentados sob pseudônimos escolhidos por elas: Beatriz Nascimento, Débora e Aqualtune. O método utilizado para análise das entrevistas foi a análise episódica de Grada Kilomba, de forma que cada uma das perguntas gerou sete episódios de injustiça epistêmica no meio acadêmico. As análises dos episódios versam sobre a materialização da injustiça epistêmica na vivência e nas práticas acadêmicas das pesquisadoras e a discriminação durante a jornada acadêmica. Como conclusão, constatamos que as injustiças epistêmicas se sustentam pela deslegitimação e descredibilização do conhecimento proveniente de grupos sociais considerados subalternos, como as mulheres negras. Nesse ambiente, elas enfrentam diversas situações de não reconhecimento de suas contribuições epistêmicas. Ademais, as ações institucionais perpetuam tais injustiças por meio do silenciamento, da falta de conscientização e da ausência de punição diante das violências, além da deslegitimação de suas vozes e denúncias. No entanto, as pesquisadoras continuam resistindo ao ambiente hostil que as cerca, buscando apoio entre seus pares acadêmicos que compartilham de suas dores e realidades semelhantes.

**Palavras-chave:** racismo epistêmico; decolonialidade; injustiça epistêmica.

**Abstract:** The present study investigated the perceptions of Black researchers in Information Science regarding the implications of epistemic injustice in academic spaces. The theoretical discussion addresses the concepts of epistemicide, coloniality, decoloniality, epistemological movements in Information Science, epistemic injustice, the pact of whiteness, and epistemic privilege. This research is characterized as qualitative and exploratory, seeking to empirically address the research problem through semi-structured interviews conducted with seven Black researchers in Information Science. However, we selected three for this scope of analysis. The researchers' accounts were presented under pseudonyms chosen by them: Beatriz Nascimento, Débora and Aqualtune. The method used for analyzing the interviews was Grada Kilomba's episodic analysis, so that each question generated seven

episodes of epistemic injustice within academia. The analyses of the episodes were materialization of epistemic injustice in the experiences and academic practices of the researchers and discrimination during the academic journey. In conclusion, we found that epistemic injustices are sustained by the delegitimization and discrediting of knowledge coming from social groups considered subaltern, such as Black women. In this environment, they face various situations of non-recognition of their epistemic contributions. Moreover, institutional actions perpetuate such injustices through silencing, lack of awareness, and absence of punishment in the face of violence, as well as the delegitimization of their voices and complaints. However, the researchers continue to resist the hostile environment surrounding them, seeking support among their academic peers who share similar pains and realities.

**Keywords:** epistemic racism; decoloniality; epistemic injustice.

## **1 INTRODUÇÃO**

O conhecimento produzido por grupos sociais tradicionalmente vistos como marginalizados é historicamente desacreditado por diversos fatores (Lander, 2005), tais como a hegemonia de perspectivas dominantes e os preconceitos arraigados na sociedade, que também se refletem no ambiente acadêmico.

A herança da colonialidade impregnada em nossa sociedade é uma das razões centrais que explicam por que ainda não alcançamos a paridade no que diz respeito à produção, legitimação e credibilidade do conhecimento (Silva; Baltar; Lourenço, 2018; Quijano, 2005). O estudo aqui apresentado possui como objetivo analisar a percepção das injustiças epistêmicas vivenciadas por pesquisadoras negras da CI em suas práticas acadêmicas. Cabe ressaltar que a CI se constitui como uma área essencialmente ligada à informação científica e tecnológica, contudo, nos últimos 20 anos, sobretudo no Brasil, abriu espaço para estudos que se relacionam com aspectos sociais e humanos (Freire, 2020).

Compartilhando dessa linha de intelecção este estudo busca responder o seguinte problema de pesquisa: quais as percepções das pesquisadoras negras da Ciência da Informação acerca das implicações da injustiça epistêmica nos espaços acadêmicos? Para a consecução de tal propósito discutimos os conceitos de injustiça e racismo epistêmico; de tal forma que sob o lume de uma perspectiva decolonial, articulada a aspectos do feminismo negro centrados no método de Análise Episódica buscamos elementos desveladores do questionamento em questão.

## **2 ASPECTOS CONCEITUAIS**

Embora o número de pessoas autodeclaradas negras nas universidades esteja aumentando, ainda são visíveis as barreiras enfrentadas por elas em relação à permanência e

à continuidade na carreira acadêmica. Essas barreiras não se restringem apenas à situação socioeconômica, mas também decorrem de uma resistência estrutural presente nas instituições. Essa resistência se explica pela perpetuação de uma cultura racista que impera, inclusive, nas universidades. Tal cultura contribui para que as pessoas negras sejam percebidas como intrusos em espaços que os brancos consideram exclusivos, seus territórios. Nesse contexto, Cida Bento (2022, p. 74) elucida “[...] os negros estão fora de lugar quando ocupam espaços considerados de prestígio, poder e mando”, o que reforça e perpetua violências herdadas do colonialismo, manifestadas por meio de uma série de injustiças estruturais. Para Miranda Fricker (2007), a injustiça epistêmica se divide em dois tipos: *injustiça hermenêutica* e *injustiça testemunhal*. Hermenêutica, do grego *hermeneuein*, entende-se como a filosofia da interpretação, dessa forma, a *injustiça hermenêutica* se refere a uma marginalização estrutural que impede os indivíduos de determinados grupos sociais de expressarem suas experiências de forma que sejam consideradas legítimas e válidas no âmbito do conhecimento. Em suma, a injustiça hermenêutica é uma forma de opressão que impede algumas pessoas de serem ouvidas e reconhecidas devido a um conjunto de informações que edifica barreiras culturais e conceituais que dificultam a expressão e a compreensão de suas experiências (Demétrio; Bensusan, 2019). Esta perspectiva está ligada ao pacto da branquitude, que se refere a um pacto não verbalizado entre as pessoas brancas a fim de manter seus privilégios. Segundo Cida Bento (2022, p. 18):

É evidente que os brancos não promovem reuniões às cinco da manhã para definir como vão manter seus privilégios e excluir os negros. Mas é como se assim fosse: as formas de exclusão e de manutenção de privilégios nos mais diferentes tipos de instituições são similares e sistematicamente negadas ou silenciadas.

Nesse contexto de exclusão e silenciamento, a presença negra no âmbito acadêmico, principalmente em posições de poder e tomada de decisão, como docentes, chefes de departamento, reitores, se torna fundamental para que seja tensionada a cultura racista nas instituições de ensino e para que as bases epistemológicas da ciência em diferentes áreas do conhecimento sejam questionadas e haja mudanças no que se refere à produção do conhecimento científico. O principal desafio desses pesquisadores, no entanto, é romper com as relações de poder na ciência e ir de encontro com o atual modelo científico, que, curiosamente, beneficia intelectuais e saberes brancos (Gomes, 2010) materializado a partir de injustiças epistêmicas e que se traduz em diferentes manifestações de um epistemicídio sistemático. Por sua vez, o epistemicídio é uma forma de rebaixamento e anulação das

peças negras como sujeitos de conhecimento. Contudo, para além da desqualificação do intelecto das peças negras, o epistemicídio implica:

[...] um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo a de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e pelo rebaixamento da sua capacidade cognitiva; pela carência material e/ou pelo comprometimento da sua autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo (Carneiro, 2005, p. 97).

Dessa forma, a autora destaca que, a partir da desqualificação das formas de conhecimento dos povos dominados, desqualifica-se também os indivíduos e seu grupo coletivamente. Sueli Carneiro (2023) ainda destaca que o epistemicídio se efetiva por meio da negação da racionalidade do outro e pela imposição cultural, sendo um “[...] processos persistentes de produção da inferioridade intelectual ou da negação da possibilidade de realizar as capacidades intelectuais [...]”. Em relação ao conhecimento produzido por mulheres negras, Grada Kilomba (2019), a partir de sua vivência, explica que:

Devido ao racismo, peças negras experienciam uma realidade diferente das brancas, e, portanto, questionamos, interpretamos e avaliamos essa realidade de maneira diferente. Os temas, paradigmas e metodologias utilizados para explicar tais realidades podem diferir dos temas, paradigmas e metodologias das/os dominantes. Essa “diferença”, no entanto, é distorcida do que conta como conhecimento válido. Aqui, inevitavelmente tenho de perguntar, como eu, uma mulher negra, posso produzir conhecimento em uma arena que constrói, de modo sistemático, os discursos de intelectuais negras/os como menos válidos (Kilomba, 2019, p. 54).

Tais processos estão enraizados nas instituições acadêmicas, contribuindo para a perpetuação de desigualdades estruturais. Essa perspectiva se edifica através de projeções no inconsciente coletivo que valida práticas opressoras também no âmbito da Ciência da Informação.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O estudo de abordagem qualitativa cujo objetivo é analisar a percepção das injustiças epistêmicas vivenciadas por pesquisadoras negras da CI em suas práticas acadêmicas. Dessa forma, pensamos no local mais apropriado para encontrar os sujeitos participantes do estudo, optando, então, por olhar para o evento mais relevante em CI no Brasil, o ENANCIB, especificamente o GT12: informação, estudos étnico-raciais, gênero e diversidades.

Era importante para nós que os sujeitos escolhidos tivessem as ferramentas hermenêuticas e epistemológicas que possibilitassem compreender as injustiças que os acometem. Esse foi o fator decisivo para selecionarmos os pesquisadores e pesquisadoras negras que haviam apresentado trabalhos a respeito de questões étnico-raciais no GT12 do

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

ENANCIB dos anos de 2022 e 2023. Elegemos 27 autores e autoras que se encaixavam nos critérios estabelecidos. Por se tratar de um estudo centrado em experiências no meio acadêmico, frequentemente complexas de recordar e relatar, optou-se por garantir o anonimato das participantes, de modo a proporcionar um ambiente seguro que favorecesse a livre expressão de suas vivências. Entramos em contato com esses pesquisadores e pesquisadoras e o convite para participar da pesquisa foi realizado por correio eletrônico, enviado individualmente para cada pessoa, contendo apenas um remetente e um destinatário. Junto ao convite por *e-mail*, os pesquisadores e pesquisadoras também receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o roteiro da entrevista. Obtivemos sete devolutivas de aceite, sendo todas advindas de mulheres negras. Para este trabalho selecionamos três entrevistas, as quais deliberamos como pertinentes ao tema e ao objetivo proposto.

As entrevistas foram conduzidas por meio do serviço de webconferência Mconf, um software institucional que oferece maior segurança e proteção dos dados, além de disponibilizar a funcionalidade de gravação, essencial para a posterior transcrição. As pesquisadoras enviaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado por e-mail e selecionaram um horário para a realização das entrevistas, que ocorreram entre os dias 21 e 28 de março de 2024. Adotou-se a entrevista semiestruturada, pois, embora siga um roteiro pré-estabelecido, este é flexível, permitindo maior liberdade e fluidez na condução das perguntas.

Posteriormente, foram realizadas as transcrições com o auxílio do *software TurboScribe*. Após cada translado, foi necessário reler toda a entrevista para corrigir erros de interpretação do *software*. A escolha do método “Análise Episódica” para a interpretação e apresentação das entrevistas considerou o cuidado de não se alinhar às normas da colonialidade, garantindo liberdade para retratar as histórias de forma fluida e permitir que as vozes das mulheres entrevistadas fossem devidamente destacadas, assim como suas percepções valorizadas. A análise episódica, segundo Grada Kilomba (2019, p. 88):

[...] descreve diferentes contextos nos quais o racismo é performado, criando uma sequência de cenas do racismo cotidiano. A composição de vários episódios revela não apenas a complexidade de experienciar o racismo - seus cenários diversos, atores e temas-, mas também sua presença ininterrupta na vida de um indivíduo. Essa forma de análise episódica também me permite escrever com um estilo similar à forma de contos, que, como descrito anteriormente, transgride o modo acadêmico tradicional.

A autora ainda explica que os capítulos das entrevistas consistem em análises interpretativas baseadas na teoria psicanalítica e pós-colonial de Franz Fanon e é com base nessa teoria que Grada Kilomba (2019) desmembra a fala das entrevistadas em análises a respeito do racismo cotidiano. A apresentação desses episódios foi feita a partir de cada pergunta direcionada para as entrevistadas. A partir do conteúdo dessas perguntas, elencamos um ou mais trechos representativos de cada uma das três entrevistadas escolhidas, trazendo a análise imediatamente abaixo do extrato textual apresentado.

#### 4 ANÁLISE DOS EPISÓDIOS

A materialização da injustiça epistêmica na vivência e nas práticas acadêmicas das pesquisadoras foi relatada a partir da pergunta **“Na sua percepção, de que maneira a Injustiça Epistêmica se materializa no âmbito da sua vivência e prática acadêmica?”** Os episódios a respeito dessa questão estão elencados a seguir, tendo início a partir das frases que julgamos mais representativas extraídas das entrevistas de 3 pesquisadoras negras da CI.

[...] **“as pessoas agem como se você tivesse, de uma certa forma, atrapalhando pesquisas delas”.**

Eu senti dificuldade, inclusive, em eventos feministas. Eu sentia que não havia interesse das outras pessoas na questão de raça, discutir raça. Até porque a gente faz um questionamento muitas vezes, né? Que é aquele questionamento simples, né? Tem uma pesquisa que é sobre, por exemplo, jornalistas internacionais, e aí a maioria é homem e a minoria é mulher. Daí você pergunta às pessoas, mas de que homens vocês estão falando? Tipo, vamos lá. Aí as pessoas olham e falam: “hum, peraí, a gente está falando de homens brancos”. E aí você sente como se você tivesse... As pessoas agem como se você tivesse, de uma certa forma, atrapalhando pesquisas delas. E não, só aponto que é importante a gente sempre dizer de que homens a gente está falando, de que mulheres a gente está falando. Porque senão daí eu, de uma certa forma, ao botar a luz na questão feminista, feminina, da participação feminina, na verdade eu estou invisibilizando que não há homens negros. Ou não há homens indígenas (Beatriz Nascimento).

A pesquisadora de pseudônimo Beatriz Nascimento elucida em sua fala a percepção relacionada à dificuldade de abordar questões étnico-raciais no âmbito acadêmico. Seu relato contando a respeito de situações que passou em eventos feministas, em que os trabalhos apresentados careciam de análises contendo intersecções étnico-raciais, e que quando ela trazia esta questão à tona sentia que estava *“atrapalhando a pesquisa delas”*, ou seja, na percepção de Beatriz Nascimento não havia espaço no âmbito desses eventos para debater questões étnico-raciais. Embora o movimento feminista seja de indubitável importância para a luta e conquista de direitos das mulheres ao longo dos séculos, é importante considerar que

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

mulheres brancas, negras, pardas ou amarelas possuem diferentes experiências, necessidades e atravessamentos na sociedade. Por conta disso, a misoginia, o machismo, do racismo e os desdobramentos do patriarcado incidem de formas distintas na realidade dessas mulheres, excepcionalmente aquelas que enfrentam, para além de preconceitos em relação ao gênero, preconceitos em relação ao seu pertencimento étnico-racial. A dificuldade de trazer este debate em eventos feministas pode ser explicado por conta da dificuldade que as feministas brancas possuem em discutir esta temática, como elucida Marcinik e Mattos (2021). As autoras discorrem acerca do privilégio racial que as mulheres brancas possuem e muitas vezes acabam por atuar na manutenção do silenciamento de mulheres negras. Isso acontece por conta destas feministas se limitarem ao reconhecimento de que o racismo existe, mas não abraçar a luta antirracista e não dar espaço à pluralidade de vivências e atravessamentos que as mulheres negras enfrentam a partir do racismo. Dessa forma, Marcinik e Mattos (2021) evidenciam que nem todas as mulheres encontram acolhimento no movimento feminista, pois este não as representa, uma vez que se pauta a partir da lógica de mulheres brancas. Em relação à produção do conhecimento e ao meio acadêmico, Marcinik e Mattos (2021, p. 105) destacam que:

Há uma produção acadêmica feminista elaborada a partir de um universo particular e hierarquizado que destaca apenas algumas mulheres, particularmente as brancas, que, em consequência de seus privilégios, possuem acessos que permitem que seus trabalhos, práticas e pensamentos tenham uma posição de destaque em relação a mulheres racializadas.

Dessa forma, é possível inferir a existência de um privilégio epistêmico das mulheres brancas em relação às mulheres negras, uma vez que suas narrativas e teorias desconsideram as distintas realidades e as distintas formas de ser mulher. Não obstante, a entrevistada Beatriz Nascimento segue:

Então, nesse sentido, de você participar de eventos, ou “você não devia falar desse jeito, porque se você fala desse jeito, a gente não entende, a gente não...” É muito mais relacionado ao trabalho, às vezes. Então, assim, “se você coloca dessa forma, não é assim”. Você tem que ser mais... E eu uso pesquisadores brancos, porque eu tenho que usar pesquisadores brancos, mulheres brancas, homens brancos da Europa. Só que sempre vem esse... Mesmo você usando, tem sempre aquele lado de que você não devia falar assim. Não é querendo, muitas vezes, me desestabilizar, mas é a forma como você fala. Parece que machuca. As pessoas brancas têm dificuldade de serem racializadas, então é o primeiro ponto.

A entrevistada traz neste trecho aspectos da injustiça epistêmica que se relacionam com a injustiça epistêmica testemunhal, uma vez que sua voz, para ser ouvida, precisa se

adequar a padrões acadêmicos moldados pela lógica branca eurocêntrica, caso contrário “*se você fala desse jeito, a gente não entende*”. A partir do relato desta situação, penso que a pesquisadora está sendo sujeitada a incorporar um certo *habitus* para se fazer pertencente àquele espaço como também sente a necessidade a partir da pressão vinda do ambiente acadêmico de utilizar intelectuais brancos para expressar suas ideias e compor seu trabalho. Aqui acredito que seja importante abrir um parêntese para explicar o que significa *habitus*, e como ele age na academia. A partir da definição de Pierre Bourdieu (1994, p. 60–61), o *habitus* sugere:

Sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente.

O *habitus* é, portanto, as inclinações que se formam ao longo do tempo e se tornam parte da nossa maneira de ser. As estruturas estruturadas trazidas por Bourdieu (1994) se referem às influências sociais e culturais que moldam nossas disposições e as estruturas estruturantes estão relacionadas a como essas disposições, uma vez internalizadas, moldam nossas ações e percepções. As ações e pensamentos das pessoas são conscientes e previsíveis, não porque seguem regras explícitas, mas porque são guiadas por essas disposições internalizadas, dessa forma, as pessoas agem de maneira adaptada ao contexto que estão inseridas, neste caso a academia. Nesse caso especificamente, existe uma forma, um *modus operandi* que é seguido no âmbito acadêmico em relação à postura, à escrita, à construção do conhecimento e à fala, moldado durante décadas sobre uma estrutura balizada pela colonialidade. Assim sendo, quando a pesquisadora demonstra uma forma de falar e se portar diferente do esperado, ela sofre com tentativas de regulação e deslegitimação, imposta por outros pesquisadores que já possuem este *habitus* instaurado e que reflete relações de poder historicamente consolidadas. Essa situação reflete a censura e a rejeição de uma epistemologia não-branca quando a pesquisadora se expressa. Nesse sentido, Garcês-da-Silva (2023, p. 77) explica que há marcas do epistemicídio no espaço acadêmico, que se manifestam de diversas formas, incluindo “a dependência da produção intelectual criada pela ciência e grupo racial dominante do norte global para validação de conhecimentos produzidos no sul

global". Em sequência, Beatriz Nascimento discorre acerca do que ela compreende como produção do conhecimento, e em quais locais ele pode ser construído.

Produção de conhecimento nem sempre está relacionada à academia. Tem outros âmbitos para a gente construir conhecimento. Que foram construídos. As pessoas negras e as indígenas construíram conhecimento em outros lugares. Construíram conhecimento dentro das escolas de samba, com todos os problemas que têm. As escolas de samba, mas assim como a academia. O questionamento, muitas vezes, não é para... Não é um questionamento... Como que eu posso dizer? De embate. Mas é um questionamento de falar, "olha, a academia também produziu isso e também contribuiu para isso", então, dentro da própria academia, fazer esse questionamento. Tanto da questão do conhecimento mesmo, que é produzido em outros lugares, tanto do próprio conhecimento que foi produzido na academia.

Nesse estrato textual é possível evidenciar que a pesquisadora exemplifica locais fora do âmbito acadêmico que ela entende que são espaços de produção de conhecimento, o qual muitas vezes são desconsiderados em prol de um ideal existente do que seja concebido como conhecimento válido.

#### **[...] quando eu era silenciada, ou quando eu era ignorada**

Então, como [a injustiça epistêmica] engloba muitas questões né, eu, no caso, só vivenciei mesmo a questão racial, que foi mais o que eu vivenciei e tive experiências sobre. E as experiências foram quando eu era silenciada, ou quando eu era ignorada. Muito da minha pesquisa eu trago sobre a questão do racismo na minha área. Então, assim, minhas pesquisas, elas não são tão aclamadas como as outras pesquisas. É lá, tipo, eles comentam, falam: "está bom, está maravilhoso" e tudo mais, mas é só aquilo mesmo, e fica por isso (Débora).

A percepção de Débora em relação às injustiças epistêmicas parte de situações de silenciamento em relação a ela e ao seu tema de pesquisa. A entrevistada, que relata trabalhar com questões relacionadas ao racismo, encontra na Ciência da Informação uma certa barreira e falta de reconhecimento acerca do que ela pesquisa, dessa forma, a visibilidade e atribuição de relevância das pesquisas ficam pautadas na formalidade. Melo Filho e Silva Júnior (2019) elucidam a natureza conservadora da Ciência da Informação, que teve seu surgimento atrelado à informação científica e tecnológica, cujas raízes firmes nesses pressupostos mantêm a área resistente e afastada de um viés social. Dizem os autores:

Ao manter essa postura conservadora, a Ciência da Informação, que tem a potencialidade de ser um dispositivo de mudança social, acaba por se manter enquanto um instrumento de dominação, ao invisibilizar a população negra enquanto fenômeno a ser estudado sob a perspectiva da informação (Melo Filho; Silva Júnior, 2019, p. 51).

Este fenômeno vai ao encontro da perspectiva de Débora, uma pesquisadora negra que atua na Ciência da Informação produzindo trabalhos sobre a população negra e o racismo,

e que sente a opressão epistêmica (McKinnon, 2016) na academia, a partir do momento que há a exclusão e silenciamento da pesquisadora e do conhecimento produzido por ela neste espaço.

**[...] eu sofro muito, por exemplo, nessas caixinhas. As pessoas olham para mim e acham que eu só sei falar sobre questões étnico-raciais na biblioteconomia, sendo que eu demando e entendo sobre vários outros assuntos**

Então, quando a gente fala da biblioteca, por exemplo, né, a biblioteca universitária, ela comete injustiça epistêmica quando ela, em seu acervo, deixa de incluir pessoas negras, pessoas indígenas, mulheres, pessoas LGBTQIA, pessoas com deficiência enquanto autoras, ou seja, enquanto sujeitos epistêmicos, aqueles que produzem conhecimento científico acerca de determinada área. Pode ser biblioteconomia, pode ser ciência da informação, pode ser arquivologia, pode ser economia, enfim, de qualquer área, né? Então, quando essa biblioteca universitária, que é utilizada por nós, sejamos docentes, sejamos estudantes, sejamos funcionários, ela deixa de incluir esse material, ela comete o que nós chamamos de epistemicídio, que seria essa morte desses conhecimentos de outros grupos étnico-raciais que não o branco, né? No entanto, quando a gente está falando, né, da construção epistêmica que leva às injustiças epistêmicas dentro da universidade ou dentro da biblioteca ou unidade de formação, nós estamos falando de que a biblioteca só promove como universal, como aquele tido como conhecimento científico e validado, conhecimento branco, ou europeu ou eurocentrado. Por que isso, né? Porque há um entendimento de que quando você faz ciência, você não inclui suas emoções, e por isso, muitas vezes, a gente vai usar essa epistemologia ocidental que se diz neutra, quando na verdade ela não é (Aqaltune).

Na perspectiva de Aqaltune, a injustiça epistêmica se materializa em diversos aspectos, ela inicia sua fala pelas bibliotecas, falando a respeito da política de inclusão de obras na biblioteca, a qual é elaborada por pessoas que acabam sendo responsáveis por escolher qual conhecimento estará presente nas estantes daquela unidade de informação, e qual não estará. Ou seja, na percepção de Aqaltune, quando o conhecimento oriundo de grupos étnicos não-brancos é distanciado das estantes da biblioteca, ocorre a materialização do epistemicídio, pois esta política aplicada na biblioteca estará afastando o conhecimento produzido por uma diversidade de pessoas, e estará privilegiando o conhecimento branco (privilégio epistêmico). Aqaltune aborda também o mito da neutralidade na ciência, o qual se desdobra a partir de uma suposta universalidade, imparcialidade, característica herdada do cartesianismo, tendo por origem a perspectiva de um conhecimento desenvolvido no hemisfério norte e, basicamente, por homens brancos. A incidência de tais compreensões articulou crenças de que a ciência não teria um viés ideológico, sendo estritamente uma atividade objetiva, na qual o pesquisador se consagra como observador de fenômenos, sem

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

envolvimento subjetivo com seu objeto de estudo. Grada Kilomba (2019) aponta em “Memórias da Plantação” que o espaço acadêmico não é um espaço neutro, pois nele as pessoas negras têm sofrido diversos tipos de violência, sendo, nas palavras da autora: “Nesse espaço temos sido descritas/os, classificadas/os, desumanizadas/os, primitivizadas/os, brutalizadas/os, mortas/os. Esse não é um espaço neutro (Kilomba, 2019, p. 51)”. Outro ponto mencionado pela pesquisadora a falta de acesso que nós, enquanto estudantes, temos a diferentes conhecimentos que não o eurocentrado, uma vez que somos orientados a valorizar uma epistemologia ocidental e posteriormente, escolher quais autores irão compor nosso trabalho, podendo nesse processo cometer injustiça epistêmica com certos grupos sociais. A esta injustiça Patin (2021) nomeia como Injustiça Curricular, explicando inclusive que um currículo pode ser desenvolvido de várias formas, mas ao não reconhecer a forma que um currículo assume pode parecer aos estudantes que ele foi desenvolvido como resultado de uma progressão natural da construção do conhecimento ao longo do tempo, no entanto, este processo de construção do conhecimento, especialmente nas sociedades ocidentais, precisa seguir certos parâmetros para ser considerado válido, ou seja, o conhecimento escolhido para compor a grade curricular das instituições de ensino não é um conhecimento neutro e “natural” e sim o conhecimento ocidental e eurocêntrico, ou o que mais se enquadra nestes parâmetros. De acordo com Costa *et al.* (2006), na área de Biblioteconomia por exemplo, a ausência de conteúdos que abordem questões como o raça e etnia parece refletir a falta de valorização dos saberes produzidos por grupos que não pertencem às camadas sociais majoritárias da universidade, além de uma desconsideração de outros referenciais importantes para a organização, sistematização e divulgação da informação. Não refletir a respeito do conhecimento que está sendo ofertado no âmbito acadêmico é deixar com que se perpetue esta prática e que os mesmos saberes sigam sendo disseminados como universais, partindo do mesmo ponto de vista.

Então, outro ponto que eu também entendo que a injustiça epistêmica se materializa é no memoricídio. Então, quando a gente fala dentro de sala de aula, quando esse aluno não tem acesso a aspectos de ancestralidade, de memória desses povos, seja, por exemplo... nós temos, não sei se a tua graduação teve, mas eu tive, fundamentos da educação, fundamentos da biblioteconomia. Fundamentos da biblioteconomia, que é o básico em qualquer curso de graduação, você deveria ter toda uma miríade de conhecimentos que te permitam entender o que é biblioteconomia indígena, biblioteconomia negra, biblioteconomia antirracista, biblioteconomia de guerrilha, biblioteconomia radical, a biblioteconomia crítica e progressista, e muitas vezes todos esses movimentos você não vai chegar a conhecer. Por quê? Porque em certo momento alguém determinou o que você terá acesso ou não acesso, e qual vertente vai ser expressa na tua formação.

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB  
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

Então, muitas vezes, isso acaba cometendo, não só no epistemicídio, vinculado com o memoricídio, porque eu tiro acesso à memória desses outros povos que contribuíram para a construção da área de conhecimento que a gente está, seja em biblioteconomia, arquivologia, museologia. Negros, indígenas, mulheres, gays, LGBTQIA em geral, ajudaram a construir a nossa área, só que a gente acaba cometendo uma morte da memória desses sujeitos, que muitas vezes fizeram coisas importantes para o desenvolvimento da nossa área, mas a gente não tem acesso, porque alguém não colocou dentro da biblioteca para o acesso, e alguém não incluiu, por consequência, nos planos de ensino, nos referenciais teóricos que a gente estuda, não é? E além então de fazer esse vínculo entre injustiça epistêmica que vem do memoricídio, do epistemicídio, nós temos o que se chama de princípio da ausência, não é? Que a Grada Kilomba nos traz muito bem, que é quando você se torna ausente algo que existe.

Aqui, Aqualtune explica como ela percebe a materialização da injustiça epistêmica por meio do memoricídio e do princípio da ausência. Ambos os conceitos convergem para o apagamento de saberes não-brancos e de povos vistos como subalternizados. Contudo, enquanto o princípio da ausência de Grada Kilomba (2019) se fundamenta a partir de tornar ausente algo que existe, o memoricídio, segundo Baez (2010), se dá por meio da eliminação intencional do patrimônio tangível ou intangível que representa a luta dos povos colonizados. De acordo com o autor, o memoricídio implica ainda na substituição da memória que foi apagada pela memória e cultura daqueles que a apagaram, chamada por ele de transculturação, a partir de três etapas: a aniquilação total da memória subjugada; a incorporação forçada da cultura dominante e por último, segundo o autor, os sobreviventes destas violências encontram meios de resistência e integração das suas culturas, sendo que essas estratégias variam dependendo do grau de contato com a cultura dominante. Dessa forma, os povos subjugados acabam encontrando formas de preservar e adaptar suas culturas mesmo após a tentativa (e em muitos casos o êxito) de aniquilamento. De acordo com Missiatto (2021, p. 260), a manutenção do memoricídio se dá por meio “das assimetrias impostas pelas relações de poder que garantem a pessoas e instituições o poder de determinar que memórias sobreviverão, bem como aquelas que serão esquecidas.”

Aqualtune traz também outro aspecto por meio do qual ela percebe a materialização da injustiça epistêmica.

Geralmente o homem pode falar sobre todos os seus assuntos. A mulher, o negro e tal, parece que entram em caixinhas. Eu sofro muito, por exemplo, nessas caixinhas. As pessoas olham para mim e acham que eu só sei falar sobre questões étnico-raciais na biblioteconomia, sendo que eu demando e entendo sobre vários outros assuntos, mas isso também é outro tipo de injustiça epistêmica. Ou seja, quando olham para mim, eu estou caracterizada como um tipo de mulher dentro da biblioteconomia que só estuda um tema. Quando, na verdade, eu fiz uma especialização, um mestrado, um doutorado, ele me permitiu entrar de cabeça em um determinado tema, ampliar ele ao máximo, esmiuçar ele ao máximo, para que você possa se tornar especialista

naquilo. Mas não significa que quando você for docente você só vá falar de questões étnico-raciais.

A entrevistada relata aqui seu desconforto por ser “colocada em caixinhas”, à medida que, por ser uma mulher pesquisadora negra na biblioteconomia, as pessoas concluem que ela só possui conhecimento sobre questões étnico-raciais, quando na verdade ela poderia falar sobre diversos assuntos, uma vez que possui uma formação qualificada para isso.

Aqualtune expõe aqui uma limitação imposta às pessoas negras em ambientes acadêmicos em que elas são demandadas a falar apenas sobre racismo e questões étnico-raciais, ignorando suas contribuições em outros assuntos. Tal imposição é apresentada no estudo de Marcinik e Mattos (2021) que discutem como pessoas brancas muitas vezes não se dispõem a tratar de temáticas raciais e não se posicionam a esse respeito, procurando sempre um respaldo na voz de pessoas negras quando o assunto envolve racismo, branquitude, e outras discussões que tenham ligação com temáticas étnico-raciais. Dizem as autoras:

Percebe-se a dificuldade que pessoas brancas enfrentam ao se colocarem em discussões que envolvem a temática racial. Tal situação pode ser decorrente, em parte, da falta de percepção sobre si como parte ativa do sistema racista sob o qual vivemos, colocando apenas as pessoas negras em discussões que abordam os temas de raça e racismo (Marcinik; Mattos, 2021, p. 194).

Essa prática acaba colocando acadêmicos negros em uma posição limitada sobre os assuntos para os quais podem contribuir com o seu conhecimento, e ao mesmo tempo tira a responsabilidade de pessoas brancas de se colocarem também como indivíduos racializados e de se inteirarem no que diz respeito às problemáticas do sistema racista em que vivemos. Sistema no qual todos nós estamos inseridos.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esse estudo é fruto de inquietações sobre desigualdades existentes no campo científico, as quais advêm de um processo longo e doloroso pautado pela colonialidade e suas três faces: colonialidade do ser, do saber e do poder. Ainda que tenhamos hoje pesquisadoras e pesquisadores negros ocupando vagas na pós-graduação e desenvolvendo pesquisas, frequentemente suas vozes e contribuições na construção do conhecimento científico são deslegitimadas e silenciadas, o que foi conceituado por Miranda Fricker (2007) como Injustiça Epistêmica. Dessa forma, respondendo ao nosso problema de pesquisa, a injustiça epistêmica se materializa, na percepção das pesquisadoras, por meio de regulações da forma que elas devem falar, quais autores elas devem ou não utilizar em suas pesquisas, quando elas são

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

silenciadas e ignoradas no tocante ao tema que pesquisam, bem como a falta de reconhecimento e prestígio.

## **REFERÊNCIAS**

BÁEZ, Fernando. **A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. *In*: ORTIZ, Renato. **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994. p. 46–86. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

CARNEIRO, Sueli Aparecida. **A construção do outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. 2005. 340 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli Aparecida. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

DEMÉTRIO, Fran; BENSUSAN, Hilan Nissior. O conhecimento dos outros: a defesa dos direitos (humanos) epistêmicos e da decolonialidade do pensamento. **Revista do CEAM**, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 110-124, jan./jul. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/22296>. Acesso em: 25 maio 2025.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. O campo da informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 15, n. 4, p. 1-7, 2020.

FRICKER, Miranda. **Epistemic injustice: power and the ethics of knowing**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro. **Biblioteconomia negra: das epistemologias negro africanas à teoria crítica racial**. Rio de Janeiro: Malê Edições, 2023.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 492–516.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Perspectivas latino-americanas).

MARCINIK, Georgia Grube; MATTOS, Amanda Rocha. Movimentos feministas e relações raciais intragênero: entre a luta e a opressão. **Revista Polis e Psique**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 183–203, 2021. Disponível em:

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S2238152X2021000100012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2238152X2021000100012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 25 maio 2025.

MCKINNON, Rachel. Epistemic Injustice. **Philosophy Compass**, [S. l.], v. 11, n. 8, p. 437–446, 2016. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/phc3.12336>. Acesso em: 25 maio 2025.

MELO FILHO, Edilson Targino de; SILVA JÚNIOR, Jobson Francisco. F. Enegrecendo o ENANCIB: a produção científica nas temáticas étnico-raciais no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. **Folha de Rosto**, [S. l.], v. 5, n. especial, p. 49–59, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/392>. Acesso em: 25 maio 2025.

MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca. Memoricídio das populações negras no Brasil: atuação das políticas coloniais do esquecimento. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 13, n. 24, p. 252-271, jan./jul. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria>. Acesso em: 25 maio 2025.

PATIN, Beth *et al.* Interrupting epistemicide: A practical framework for naming, identifying, and ending epistemic injustice in the information professions. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, [S. l.], v. 72, n. 10, p. 1306–1318, 2021. Disponível em: <https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.24479>. Acesso em: 25 maio 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Perspectivas latino-americanas).

SILVA, Fabrício Pereira da; BALTAR, Paula; LOURENÇO, Beatriz. Colonialidade do Saber, Dependência Epistêmica e os Limites do Conceito de Democracia na América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 68-87, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/15980>. Acesso em: 25 maio 2025.